

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À SEGUNDA EDIÇÃO	15
APRESENTAÇÃO À PRIMEIRA EDIÇÃO	17
PREFÁCIO <i>Heleno Taveira Torres</i>	19
PREFÁCIO AO LIVRO <i>TRIBUTAÇÃO E CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO</i> <i>Prof. Eliseu Martins</i>	25

Tributação no agronegócio

REFORMA TRIBUTÁRIA E AGRONEGÓCIO – PERSPECTIVAS GERAIS E PÓS-EC N. 132, DE 2023 <i>Viviane Faulhaber Dutra de Magalhães</i>	29
O CONTROLE DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA NAS OPERAÇÕES COM <i>COMMODITIES</i> <i>Ramon Tomazela Santos</i>	43
1 Introdução	43
2 Definição de <i>commodities</i>	44
3 Preço de cotação	47
4 O PIC como método mais apropriado	49
5 Experiência internacional e o “caso Cameco”	55
6 Ajustes de comparabilidade	58
7 A data ou o período de datas para a obtenção do preço de cotação	62
8 Condições extraordinárias de mercado	64
9 Obrigações acessórias relativas às <i>commodities</i>	65
10 Conclusões	71
11 Referências	71

COMPRA E VENDA DE <i>COMMODITIES</i> REFERENCIADA EM DÓLARES AMERICANOS E A INCIDÊNCIA DE PIS/COFINS SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS	73
<i>Diego Miguita</i>	
<i>Diogo Olm Ferreira</i>	
<i>Marcelo Winter</i>	
1 Introdução	73
2 Breve contexto do tema e a normatização contábil pertinente	74
3 Aspectos contratuais: validade da determinação do preço referenciado em moeda estrangeira	77
4 Efeitos do contrato de compra e venda de <i>commodities</i> para entrega futura na apuração do PIS e da Cofins	82
4.1 Reconhecimento contábil do adiantamento de preço como item não monetário	84
4.2 Reconhecimento contábil do adiantamento de preço como item monetário	88
5 Conclusão	95
6 Referências	95
NATUREZA JURÍDICA E TRIBUTAÇÃO DAS RECEITAS DECORRENTES DA COMERCIALIZAÇÃO DE CRÉDITOS DE CARBONO NO BRASIL	97
<i>Bruna Camargo Ferrari</i>	
1 Introdução	97
2 Natureza jurídica e tratamento tributário para fins da incidência do imposto sobre a renda e das contribuições sobre a receita bruta	98
3 Possível apropriação de créditos no regime não cumulativo de apuração das contribuições sobre a receita bruta	107
4 Dedutibilidade de despesas da base de cálculo dos tributos sobre a renda	110
5 Mercado voluntário de carbono não organizado e a natureza jurídica de ativos financeiros	111
6 Conclusões	113
7 Referências	114

TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO. CDA E <i>WARRANT</i> . ASPECTOS TRIBUTÁRIOS	115
<i>Fábio Pallaretti Calcini</i>	
1 Introdução	115
2 Títulos de crédito do agronegócio. Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e <i>Warrant</i> Agropecuário (WA). Aspectos gerais. Lei n. 11.076/2004	115
3 Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e <i>Warrant</i> Agropecuário (WA). Aspectos fiscais. Negociação. Liquidação física e financeira	123
4 Considerações finais	133
5 Referências	133
PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E TRIBUTÁRIO NO AGRONEGÓCIO – ANÁLISE DE “CASE”	135
<i>Fernanda Teodoro Arantes</i>	
1 Introdução	135
2 Do planejamento sucessório – “case”	136
3 A tributação das pessoas físicas x pessoas jurídicas – atividade rural	136
3.1 Contribuições para terceiros	137
3.2 Imposto de renda – pessoa física	138
3.3 Imposto de renda – pessoa jurídica – agropecuária	138
3.3.1 Lucro presumido	138
3.3.2 Lucro real	139
4 Análise das possíveis relações como fonte de renda (parceria x arrendamento)	139
5 Riscos tributários do planejamento sucessório – “case”	142
5.1 Das consequências de um planejamento tributário abusivo	144
6 Da jurisprudência sobre a parceria entre agropecuária e seus sócios – planejamento abusivo	144
7 Conclusão	148
8 Referências	149
CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEDUTIBILIDADE DA PESQUISA E PRODUÇÃO DE SEMENTE GENETICAMENTE MODIFICADA: <i>ROYALTIES</i> , SEMENTES TRANSGÊNICAS, PERCENTUAIS DE DEDUÇÃO DE IR, DENTRE OUTROS TEMAS	151
<i>Florence Cronemberger Haret Drago</i>	
1 Introdução	151
2 Fundamentos para a interpretação do melhor tratamento fiscal a ser dado aos cultivares em função da atual interpretação das autoridades competentes	152
3 Conclusões	162

DEPRECIÇÃO ACELERADA INCENTIVADA PARA PESSOA JURÍDICA QUE EXPLORE A ATIVIDADE RURAL – QUESTÕES ESPECÍFICAS	165
<i>Jimir Doniak Jr.</i>	
<i>Gabriela Sampaio Lunardelli</i>	
1 Do tempo de realização da depreciação acelerada incentivada	166
2 Da aplicação da depreciação acelerada incentivada quando da migração da tributação do lucro real para o lucro presumido	171
3 Da aplicação da depreciação acelerada incentivada quando da migração da tributação do lucro presumido para o lucro real	175
4 Síntese	177
A POSSIBILIDADE DE ELEIÇÃO DE DOMICÍLIO FISCAL POR PRODUTOR RURAL: OPORTUNIDADES E IMPACTOS EM RELAÇÃO AO ITCMD	179
<i>Marcelo Guaritá Borges Bento</i>	
<i>Manuel Eduardo Cruvinel Machado Borges</i>	
1 Breve introdução	179
2 O Imposto Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação	181
3 A possibilidade de eleição do domicílio fiscal pelo produtor	186
4 A malha fiscal do ITCMD e a jurisprudência	191
5 Conclusões	193
LUCRO ARBITRADO NA ATIVIDADE RURAL DA PESSOA FÍSICA	195
<i>Marcelo Magalhães Peixoto</i>	
<i>Abel Escórcio Filho</i>	
1 O imposto de renda do produtor rural pessoa física	195
2 Aspectos jurídicos do lucro arbitrado	199
3 Escrituração do livro-caixa do produtor rural e seus efeitos para apuração no lucro arbitrado	200
4 O lucro arbitrado do produtor rural pessoa física quando não conhecida a receita bruta	204
5 A aplicação do lucro arbitrado para produtores rurais pessoas físicas, pelo CARF	207
6 Conclusão	215
7 Referências	216

CONTROVÉRSIAS TRIBUTÁRIAS NOS SETORES DO AGRONEGÓCIO ENVOLVENDO CONSTITUIÇÃO DE CRÉDITO DE PIS E COFINS SOBRE FRETES, RECONHECIMENTO DE CRÉDITO PRESUMIDO DA AGROINDÚSTRIA E REGIMES ESPECIAIS	217
<i>Tatiana Midori Migiyama</i>	
1 Introdução	217
2 Controvérsias tributárias atuais	218
2.1 Constituição de crédito de PIS e Cofins no regime não cumulativo sobre fretes	218
2.1.1 Fretes	222
2.2 Crédito presumido	228
2.2.1 Crédito presumido da agroindústria: receitas auferidas nas vendas para a Zona Franca de Manaus	228
2.2.2 Crédito presumido de IPI x PIS e Cofins	230
3 Regimes especiais	235
4 Breves considerações	237
5 Referências	239
O CONCEITO DE ATIVIDADE RURAL PARA FINS TRIBUTÁRIOS: PRINCIPAIS CONTROVÉRSIAS	241
<i>Paulo Cesar Ruzisca Vaz</i>	
1 Introdução e escopo	241
2 O conceito de atividade rural na legislação tributária e os principais reflexos tributários	241
3 Controvérsias sobre o conceito de atividade rural	245
3.1 Debate sobre a complexidade tecnológica empregada no processo produtivo desnaturar a atividade rural	249
3.2 Discussão sobre a forma de execução da atividade rural: a questão do processo industrial	252
3.3 Discussão sobre a forma de execução da atividade rural: parceria x arrendamento rurais	255
4 Conclusões	259

A INCONSTITUCIONALIDADE DO FUNDEINFRA EM GOIÁS: EXAME DA LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA E DA REFORMA TRIBUTÁRIA	261
<i>Paulo Honório de Castro Júnior</i>	
1 Introdução	261
2 A inconstitucionalidade do Fundeinfra	266
2.1 Exportações (art. 38-A do CTE)	266
2.2 A invalidade da alteração do art. 50 do CTE (substituição tributária) e da exigência da “contribuição ao Fundeinfra” como requisito para fruir benefícios fiscais	280
3 Efeitos da Emenda Constitucional n. 132/2023 sobre o tema em debate (reforma tributária)	286
4 Os equívocos das decisões do STF relativas ao Fundeinfra, nas ADIs ns. 7.363 e 7.366	293
5 Conclusão	300
6 Referências	302
 OS EFEITOS FISCAIS DA <i>HOLDING</i> RURAL FAMILIAR	 303
<i>Manoel Mário de Souza Barros</i>	
1 Introdução	303
2 <i> Holding</i> rural familiar	305
3 Planejamento tributário e fiscal	307
4 A reforma tributária de 2023	308
5 Os efeitos fiscais da <i>holding</i> rural familiar	309
6 Conclusão	311
7 Referências	312

Contabilidade no agronegócio

A AVALIAÇÃO A VALOR JUSTO E A TRIBUTAÇÃO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS	317
<i>Alexandre Evaristo Pinto</i>	
<i>Fernando Dal-Ri Murcia</i>	
1 Introdução	317
2 Da avaliação a valor justo	318
3 Do registro contábil de ativos biológicos	322
4 Da tributação dos ajustes a valor justo pelo imposto de renda	327
5 Conclusões	332
6 Referências	333
IMPLICAÇÕES TRIBUTÁRIAS DO RECONHECIMENTO DE ARRENDAMENTO CONTÁBIL SOBRE CONTRATOS DE PARCERIA RURAL	335
<i>Benjamim Cristobal Mardine Acuña</i>	
<i>Fabio Pereira da Silva</i>	
1 Introdução	335
2 Referencial teórico	338
2.1 Os contratos de arrendamento e de parceria rural	338
2.2 O tratamento contábil dos contratos de arrendamento e de parceria rural	352
2.2.1 O tratamento dos arrendamentos a partir de 2019	353
2.2.2 Contratos tipificados como parceria e sem componente de arrendamento	355
2.2.3 Contratos tipificados como parceria com componente de arrendamento	357
2.2.3.1 Parceiro cedente caracterizado arrendador na modalidade financeira	357
2.2.3.2 Parceiro cedente caracterizado arrendador na modalidade operacional	358
3 Essência sobre a forma e seu reflexo tributário	358
4 Considerações finais	365
5 Referências	366

CONTROLE CONTÁBIL DOS INCENTIVOS DE ICMS NO AGRONEGÓCIO	371
<i>Edison Carlos Fernandes</i>	
1 Introdução	371
2 O início: crédito presumido de ICMS	372
3 O incentivo original: redução da base de cálculo	374
4 O incentivo da cesta básica: isenção parcial ou redução da alíquota	378
5 Conclusão	381
FIAGRO: MERCADO FINANCEIRO EM AGRONEGÓCIOS	383
<i>Eduardo Alves de Oliveira</i>	
<i>Leonardo Constantino</i>	
<i>Lorhena Carneiro</i>	
1 Contexto atual	383
2 Aspectos gerais	384
2.1 Relevância econômica e tramitação legislativa	384
2.2 Conceito e principais características	386
3 FII e Fiagro: diferenças e aproximações	389
4 Aspectos tributários	392
4.1 Tributação do fundo	392
4.2 Tributação do investidor nacional	393
4.3 Tributação do investidor estrangeiro	394
4.4 Tributação por conta da subscrição de cotas	396
5 Aspectos regulatórios	399
6 Aspectos práticos e oportunidades no mercado	402
6.1 Planejamento sucessório	402
6.2 Captação de recursos	402
6.3 Retorno para o investidor	403
7 Conclusão	404
8 Referências	405

<p>O IMPACTO DA CONTABILIZAÇÃO DO ATIVO BIOLÓGICO NOS ESTOQUES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS: ASPECTOS CONTÁBEIS E FISCAIS</p> <p><i>Eric Aversari Martins</i></p> <p>1 A contabilização do ativo biológico e do produto agrícola</p> <p>2 O controle do valor justo</p> <p>3 Os investimentos ao longo da vida do ativo biológico</p> <p> 3.1 O modelo dos gastos como despesa no resultado</p> <p> 3.2 O modelo dos gastos como ativo</p> <p>4 A mensuração subsequente pelo valor justo</p> <p>5 Conclusão</p> <p>6 Referências</p>	<p>409</p> <p>410</p> <p>411</p> <p>417</p> <p>418</p> <p>422</p> <p>425</p> <p>427</p> <p>427</p>
<p>DEPRECIÇÃO E EXAUSTÃO NA CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR</p> <p><i>Sílvio Hiroshi Nakao</i></p> <p>1 Introdução</p> <p>2 Contexto das discussões</p> <p>3 O que são depreciação e exaustão?</p> <p>4 O tratamento contábil da plantação de cana-de-açúcar na norma internacional</p> <p>5 A depreciação/exaustão da plantação de cana-de-açúcar na legislação tributária</p> <p>6 O reflexo da realidade econômica: plantação de cana-de-açúcar deprecia ou exaure?</p> <p>7 Considerações finais</p> <p>8 Referências</p>	<p>429</p> <p>429</p> <p>430</p> <p>430</p> <p>437</p> <p>439</p> <p>441</p> <p>445</p> <p>446</p>